

SUMÁRIO

► CONSTITUIÇÃO FEDERAL	19
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988.....	21
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....	24
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	82
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	101
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988	144
► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	177
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942	179
► CÓDIGO CIVIL	183
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL.....	185
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	194
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL	304
► CÓDIGO COMERCIAL	327
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO COMERCIAL.....	329
CÓDIGO COMERCIAL – LEI Nº 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850	330
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO COMERCIAL	349
► CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	353
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	355
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	361
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	440
► CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	467
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	469
CÓDIGO DE DEFESA DE CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	470
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	483
► CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	487
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	489
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.....	491
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	531

▶ ESTATUTOS.....	537
DA TERRA – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.....	539
DO ÍNDIO – Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.....	555
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.....	558
DA ADVOCACIA E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) – Lei nº 8.906 de 4 de julho de 1994.....	589
• Código de Ética e Disciplina da OAB – Resolução nº 2/2015, do Conselho Federal da OAB.....	601
• Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.....	607
DA CIDADE – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.....	623
DA PESSOA IDOSA – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.....	629
DA MICROEMPRESA – Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....	636
DA IGUALDADE RACIAL – Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.....	665
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.....	670
JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.....	680
DA PESSOA COM CÂNCER – Lei nº 14.238, de 19 de novembro de 2021.....	695
▶ DECRETOS-LEIS.....	697
25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.....	699
58, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937 – Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.....	700
341, DE 17 DE MARÇO DE 1938 – Regula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio e dá outras providências.....	703
1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939 – Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio.....	704
2.612, DE 20 DE SETEMBRO DE 1940 – Dispõe sobre o registro do penhor rural.....	704
2.627, DE 26 DE SETEMBRO DE 1940 – Dispõe sobre as sociedades por ações.....	704
3.200, DE 19 DE ABRIL DE 1941 – Dispõe sobre a organização e proteção da família.....	705
4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942 – Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.....	708
5.383, DE 8 DE ABRIL DE 1943 – Modifica o Decreto-Lei nº 4.529, de 30 de julho de 1942.....	708
7.485, DE 23 DE ABRIL DE 1945 – Dispõe sobre a prova do casamento nas habitações aos benefícios do seguro social, e dá outras providências.....	709
9.085, DE 25 DE MARÇO DE 1946 – Dispõe sobre o registro civil das pessoas jurídicas.....	709
9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946 – Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências.....	709
41, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966 – Dispõe sobre a dissolução de sociedades civis de fins assistenciais.....	722
70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966 – Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.....	723
73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.....	726
167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967 – Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.....	734
271, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 – Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.....	741
413, DE 9 DE JANEIRO DE 1969 – Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.....	741
911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969 – Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.....	746
1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970 – Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.....	747
2.321, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987 – Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências.....	748
2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987 – Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.....	749

► **DECRETOS** **753**

2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908 – Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais	755
• Índice sistemático do Decreto nº 2.044, de 1908	755
• Índice alfabético-remissivo do Decreto nº 2.044, de 1908	759
3.708, DE 10 DE JANEIRO DE 1919 – Regula a constituição de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada	760
21.981 DE 19 DE OUTUBRO DE 1932 – Regula a profissão de Leiloeiro ao território da República	761
22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933 – Dispõe sobre os juros dos contratos e dá outras providências	764
56.900, DE 23 DE SETEMBRO DE 1965 – Dispõe sobre o regimento de corretagem de seguros na forma da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e dá outras providências	765
57.595, DE 7 DE JANEIRO DE 1966 – Promulga as Convenções para adoção de uma Lei uniforme em matéria de cheques	766
57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966 – Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias	774
• Índice sistemático do Decreto nº 57.663, de 1966	774
• Índice alfabético-remissivo do Decreto nº 57.663, de 1966	784
81.871, DE 29 DE JUNHO DE 1978 – Regulamenta a Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978, que dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências	785
91.271, DE 29 DE MAIO DE 1985 – Veda a concessão, por entidades estatais, de aval, fiança ou outras garantias	788
592, DE 6 DE JULHO DE 1992 – Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação	788
678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992 – Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969	794
1.800, DE 30 DE JANEIRO DE 1996 – Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências	802
2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997 – Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, revoga o Decreto Nº 861, de 9 julho de 1993, e dá outras providências	811
3.100, DE 30 DE JUNHO DE 1999 – Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	820
3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 – Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências	823
3.724, DE 10 DE JANEIRO DE 2001 – Regulamenta o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, relativamente à requisição, acesso e uso, pela Secretaria da Receita Federal, de informações referentes a operações e serviços das instituições financeiras e das entidades a elas equiparadas	828
4.250, DE 27 DE MAIO DE 2002 – Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001	830
4.311, DE 23 DE JULHO DE 2002 – Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras	831
5.296, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004 – Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências	832
5.903, DE 20 DE SETEMBRO DE 2006 – Regulamenta a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	840
6.038, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007 – Institui o Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN, e dá outras providências	841
7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013 – Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico	842
7.963, DE 15 DE MARÇO DE 2013 – Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo	843

8.058, DE 26 DE JULHO DE 2013 – Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping; e altera o Anexo II ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	844
8.364, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014 – Regulamenta o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	862
8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016 – Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	862
9.310, DE 15 DE MARÇO DE 2018 – Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União	872
9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019 – Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro	887
11.034, DE 5 DE ABRIL DE 2022 – Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor	889
11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022 – Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira	891
11.150, DE 26 DE JULHO DE 2022 – Regulamenta a preservação e o não comprometimento do mínimo existencial para fins de prevenção, tratamento e conciliação de situações de superendividamento em dívidas de consumo, nos termos do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor	898

► LEIS COMPLEMENTARES 901

35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 – Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional	903
73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993 – Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências	913
75, DE 20 DE MAIO DE 1993 – Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União	917
76, DE 6 DE JULHO DE 1993 – Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária	940
80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994 – Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências	942
95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona	957
105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001 – Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências	959
126, DE 15 DE JANEIRO DE 2007 – Dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências	961
130, DE 17 DE ABRIL DE 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971	964
147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014 – Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências	967
182, DE 1º DE JUNHO DE 2021 – Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006	969

► LEIS ORDINÁRIAS 973

492, DE 30 DE AGOSTO DE 1937 – Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia	975
662, DE 6 DE ABRIL DE 1949 – Declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro e 25 de dezembro	978
810, DE 6 DE SETEMBRO DE 1949 – Define o ano civil	978

1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950 – Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados	978
1.110, DE 23 DE MAIO DE 1950 – Regula o reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso	979
1.134, DE 14 DE JUNHO DE 1950 – Faculta representação perante as autoridades administrativas e a justiça ordinária dos associados de classes que especifica	979
1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951 – Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências	979
1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 – Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular	980
2.313, DE 3 DE SETEMBRO DE 1954 – Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências	981
2.666, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1955 – Dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas	982
3.764, DE 25 DE ABRIL DE 1960 – Estabelece rito sumaríssimo para retificações no registro civil	982
4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962 – Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação	982
4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964 – Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências	983
4.414, DE 24 DE SETEMBRO DE 1964 – Regula o pagamento de juros moratórios pela União, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias	990
4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964 – Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias	990
4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964 – Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências	1003
4.619, DE 28 DE ABRIL DE 1965 – Dispõe sobre a ação regressiva da União contra seus Agentes	1010
4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 – Regula a ação popular	1010
4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965 – Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento	1013
• Índice sistemático da Lei nº 4.728, de 1965	1013
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 4.728, de 1965	1022
4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965 – Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos	1023
5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968 – Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências	1027
• Índice sistemático da Lei nº 5.474, de 1968 (Lei da Duplicata)	1027
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 5.474, de 1968 (Lei da Duplicata)	1029
5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 – Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências	1030
5.621, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1970 – Regulamenta o artigo 144, § 5º, da Constituição e dá outras providências	1032
5.741, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1971 – Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	1032
5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências	1033
6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973 – Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências	1041
6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974 – Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências	1070
• Índice sistemático da Lei nº 6.024, de 1974	1070
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 6.024, de 1974	1075
6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974 – Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências	1076
6.313, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975 – Dispõe sobre títulos de crédito à exportação e dá outras providências	1077
6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 – Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências	1077

6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976 – Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários	1080
• Índice sistemático da Lei nº 6.385, de 1976	1080
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 6.385, de 1976	1086
6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações	1087
• Índice sistemático da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei de Sociedades Anônimas)	1087
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 6.404, de 1976 (Lei de Sociedades Anônimas)	1127
6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 – Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências	1138
6.530, DE 12 DE MAIO DE 1978 – Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências	1140
6.729, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1979 – Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre	1142
6.739, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979 – Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais e dá outras providências	1145
6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 – Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências	1146
6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências	1154
6.840, DE 3 DE NOVEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências	1158
6.858, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980 – Dispõe sobre o Pagamento, aos Dependentes ou Sucessores, de Valores Não Recebidos em Vida pelos Respectivos Titulares	1158
6.899, DE 8 DE ABRIL DE 1981 – Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências	1158
6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	1158
6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981 – Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências	1163
7.089, DE 23 DE MARÇO DE 1983 – Veda a cobrança de juros de mora sobre título cujo vencimento se dê em feriado, sábado ou domingo	1164
7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 – Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências	1164
7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências	1164
7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985 – Dispõe sobre o cheque e dá outras providências	1166
• Índice sistemático da Lei nº 7.357, de 1985 (Lei do Cheque)	1166
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 7.357, de 1985 (Lei do Cheque)	1170
7.433, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985 – Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências	1171
7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986 – Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências	1172
7.542, DE 26 DE SETEMBRO DE 1986 – Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências	1173
7.684, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1988 – Estabelece as condições para emissão de Letras Hipotecárias	1176
7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências	1177
7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989 – Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários	1179
8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família	1179

8.025, DE 12 DE ABRIL DE 1990 – Dispõe sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, e dos vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal, e dá outras providências	1180
8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.	1181
8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.	1183
8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais	1191
8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 – Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.	1210
8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991 – Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes	1212
• Índice sistemático da Lei nº 8.245, de 1991 (Lei das Locações dos Imóveis Urbanos).	1212
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 8.245, de 1991	1219
8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.	1220
8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992 – Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências	1227
8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 – Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências	1228
8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993 – Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências	1228
8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 – Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.	1229
8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993 – Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal	1237
8.866, DE 11 DE ABRIL DE 1994 – Dispõe sobre o depositário infiel de valor pertencente à Fazenda Pública e dá outras providências	1243
8.884, DE 11 DE JUNHO DE 1994 – Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências	1243
8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994 – Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.	1244
8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 – Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências	1246
8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 – Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios).	1251
8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 – Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão	1255
8.984, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995 – Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal)	1255
9.093, DE 12 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre feriados	1255
9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências	1255
9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.	1261
9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996 – Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências	1263
9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996 – Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania	1264
9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996 – Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal	1265
9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 – Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.	1265
• Índice sistemático da Lei nº 9.279, de 1996.	1265
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 9.279, de 1996	1281
9.289, DE 4 DE JULHO DE 1996 – Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências	1284

9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 – Dispõe sobre a arbitragem	1285
• Índice sistemático da Lei nº 9.307, de 1996	1285
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 9.307, de 1996	1288
9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 – Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências	1289
9.465, DE 7 DE JULHO DE 1997 – Dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento.	1291
9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997 – Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências	1291
9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.	1292
9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 – Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências	1296
9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data	1296
9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 – Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências	1297
9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências	1301
9.609 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências	1307
9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 – Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências	1308
9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998 – Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde	1318
9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999 – Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	1328
9.791, DE 24 DE MARÇO DE 1999 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos	1331
9.800, DE 26 DE MAIO DE 1999 – Permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais	1331
9.867, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica	1331
9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal	1332
9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal	1334
10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000 – Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências	1335
10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências	1335
10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000 – Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro	1338
10.179, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001 – Dispõe sobre os títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria	1339
10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001 – Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências	1340
10.214, DE 27 DE MARÇO DE 2001 – Dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro, e dá outras providências	1342
10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001 – Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental	1343

10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	1344
10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001 – Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários	1345
10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004 – Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências	1346
10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004 – Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor	1352
10.996, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004 – Altera a legislação tributária federal e as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003	1353
11.076, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nº 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências	1353
11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária	1358
• Índice sistemático da Lei nº 11.101, de 2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência)	1358
• Índice alfabético-remissivo da Lei nº 11.101, de 2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência)	1389
11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005 – Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências	1391
11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005 – Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências	1393
11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências	1393
11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências	1398
11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências	1399
11.481, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências	1401
11.598, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2007 – Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nos 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências	1402
11.636, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 – Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça	1405
11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 – Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras	1407
11.649, DE 4 DE ABRIL DE 2008 – Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências	1407

11.697, DE 13 DE JUNHO DE 2008 – Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e revoga as Leis nºs 6.750, de 10 de dezembro de 1979, 8.185, de 14 de maio de 1991, 8.407, de 10 de janeiro de 1992, e 10.801, de 10 de dezembro de 2003, exceto na parte em que instituíram e regularam o funcionamento dos serviços notariais e de registro no Distrito Federal	1407
11.795, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008 – Dispõe sobre o Sistema de Consórcio	1419
11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 – Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências	1422
11.882, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008 – Dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências	1422
11.908, DE 3 DE MARÇO DE 2009 – Autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.524, de 24 de setembro de 2007, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências	1423
11.971, DE 6 DE JULHO DE 2009 – Dispõe sobre as certidões expedidas pelos Ofícios do Registro de Distribuição e Distribuidores Judiciais	1424
11.976, DE 7 DE JULHO DE 2009 – Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados	1424
12.007, DE 29 DE JULHO DE 2009 – Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados	1425
12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009 – Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências	1425
12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências	1425
12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009 – Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal	1428
12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 – Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios	1429
12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010 – Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	1430
12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011 – Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito	1431
12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências	1434
12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 – Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências	1439
12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 – Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal	1451
12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 – Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências	1452
12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012 – Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências	1456
12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012 – Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor	1457

12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013 – Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências	1457
12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências	1465
12.874, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013 – Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para possibilitar às autoridades consulares brasileiras celebrarem a separação e o divórcio consensuais de brasileiros no exterior.	1468
12.879, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013 – Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público	1468
12.965, DE 23 ABRIL DE 2014 – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.	1468
13.043, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014 – Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; altera as Leis nºs 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, 12.431, de 24 de junho de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.996, de 18 de junho de 2014, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.409, de 25 de maio de 2011, 5.895, de 19 de junho de 1973, 11.948, de 16 de junho de 2009, 12.380, de 10 de janeiro de 2011, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 12.712, de 30 de agosto de 2012, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 6.830, de 22 de setembro de 1980, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 12.860, de 11 de setembro de 2013, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 12.598, de 21 de março de 2012, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 12.688, de 18 de julho de 2012, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 11.972, de 6 de julho de 2009, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865, de 30 de abril de 2004, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, das Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966, e 8.666, de 21 de junho de 1993, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e dá outras providências	1471
13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015 – Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997	1482
13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 – Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.	1485
13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015 – Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)	1486
13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social	1487
13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 – Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015	1488
13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências	1492
13.301, DE 27 DE JUNHO DE 2016 – Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da zika; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977	1493
13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016 – Institui, nos termos do <i>caput</i> do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas	1493

13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 – Institui a Lei de Migração	1494
13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017 – Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.....	1503
13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 – Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nos 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.....	1503
13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	1526
13.775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018 – Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências	1536
13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 – Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.	1537
13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019 – Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia)	1543
13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 – Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019	1545
14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020 – Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19)	1549
14.016, DE 23 DE JUNHO DE 2020 – Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano	1550
14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020 – Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019	1551
14.030, DE 28 DE JULHO DE 2020 – Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nos 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências	1552
14.034, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 – Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nos 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.....	1553
14.040, DE 18 DE AGOSTO DE 2020 – Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009	1555
14.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2020 – Dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura	1556
14.181, DE 1º DE JULHO DE 2021 – Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.....	1557

14.193, DE 6 DE AGOSTO DE 2021 – Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).	1557
14.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2021 – Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.	1561
14.216, DE 7 DE OUTUBRO DE 2021 – Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias.	1566
14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022 – Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.	1567
14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022 – Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.	1571
14.430, DE 3 DE AGOSTO DE 2022 – Dispõe sobre a emissão de Letra de Risco de Seguro (LRS) por Sociedade Seguradora de Propósito Específico (SSPE), sobre as regras gerais aplicáveis à securitização de direitos creditórios e à emissão de Certificados de Recebíveis e sobre a flexibilização do requisito de instituição financeira para a prestação do serviço de escrituração e de custódia de valores mobiliários; altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 4.594, de 29 de dezembro de 1964, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e revoga dispositivos das Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 12.810, de 15 de maio de 2013, 13.331, de 1º de setembro de 2016, e 13.986, de 7 de abril de 2020.	1573
14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 – Institui a Lei Geral do Esporte. (EXCERTOS)	1579

► MEDIDA PROVISÓRIA 1583

2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001 – Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências	1585
--	------

► PROVIMENTOS 1587

30, DE 16 DE ABRIL DE 2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Disciplina a recepção e protesto de cheques, nas hipóteses que relaciona, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores ou a terceiros.	1589
---	------

37, DE 7 DE JULHO DE 2014, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ – Dispõe sobre o registro de união estável no Livro "E" do registro civil das pessoas naturais, sobre o termo declaratório de reconhecimento e dissolução de união estável lavrado perante o registro civil das pessoas naturais, sobre a alteração extrajudicial do regime de bens na união estável e sobre a conversão da união estável em casamento. 1590

205 DE 15 DE JULHO DE 2021, DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – CFOAB – Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia. 1593

► REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES 1597

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. 1599

REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ 1623

► SÚMULAS 1659

SÚMULAS VINCULANTES 1661

SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. 1662

SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ 1678